

POLÍTICA ECONÔMICA ALTERNATIVA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

O São Paulo, 06 a 12.02.1981

Recessão significa crise econômica, desemprego, falências. É um jogo em que todos perdem. Por isso os empresários estão inclusive propondo um pacto social contra a recessão. Em uma economia estática, quando aumentam os lucros diminuem os salários e vice-versa. Mas em uma economia em crise, em recessão, diminuem os salários e os lucros ao mesmo tempo. Por isso, é possível pensar em um pacto.

A recessão só interessa aos banqueiros internacionais e talvez a alguns banqueiros nacionais de visão curta, que acreditam, apoiados pelos chamados economistas ortodoxos ou monetaristas, que a recessão é a única forma de equilibrar as contas do Brasil com o Exterior e controlar a inflação.

Na verdade existem outras formas de resolver esses problemas. A recessão é um remédio bárbaro, primitivo. Lembra a sangria que os médicos do passado aplicavam nos pacientes. Talvez pudesse curar a febre ou a congestão, mas o mais provável é que só enfraquecesse o paciente.

É preciso reconhecer, porém, que, diante do desequilíbrio da balança comercial (importações menores que as exportações) e da inflação, a recessão é uma sangria que à primeira vista, faz algum sentido, apesar dos males que causa. Ao provocar o desemprego e as falências, diminui a procura por bens internos e importados, sobrando mais bens para exportar. Além disso, ao reduzir-se a procura por bens, os preços deveriam cair, os capitalistas reduzindo suas margens de lucro (porcentagem de lucro sobre os custos) e sua taxa de lucro (porcentagem do lucro sobre o capital).

Na verdade só uma recessão violentíssima teria esses efeitos em uma economia tão monopolizada como a nossa. Por isso, é muito mais lógico adotar-se, em lugar de uma política monetarista, que leva à recessão, uma política administrativa de combate à inflação e ao equilíbrio da balança comercial.

Entretanto uma política administrativa não é capaz de fazer mágicas, nem é fácil de ser aplicada. Ela também precisa reduzir a procura por bens. Ela também deve provocar a diminuição das margens e taxas de lucro. Ela talvez seja obrigada a impedir, por algum tempo, que os salários aumentem mais que a inflação se esta possibilidade existir em algum setor em que os trabalhadores estejam mais bem organizados.

A diferença principal de uma política econômica administrativa em relação a uma política monetarista está no fato de que ela pretende reduzir a procura escolhendo quem vai pagar a conta do combate à inflação e ao desequilíbrio externo. Não é uma política que prejudica indiscriminadamente todos, que não escolhe quem vai ser atingido, e acaba prejudicando as mais fracas: os trabalhadores. Uma política econômica eficiente e justa atinge os capitalistas mais que os trabalhadores, entre os capitalistas atinge mais os rentistas do que os empresários, entre os trabalhadores atinge mais os melhores pagos (os gerentes ou tecnoburocratas) do que os piores pagos.

Mas é preciso ficar claro que é preciso atingir alguém. Que não há uma fórmula milagrosa que beneficie a todos quando existem um desequilíbrio externo e uma dívida tão grande quanto à brasileira.

Ora, se isto é verdade, é preciso também ser realista. Se alguns têm que ser mais prejudicados do que outros, é impensável para os trabalhadores participarem de um pacto com os capitalistas que preveja o prejuízo dos trabalhadores. Ou melhor, esse pacto, caso seja firmado, deverá ser muito limitado: deverá reduzir-se a uma mobilização contra a recessão e eventualmente a uma limitação nos aumentos devido à produtividade. Porque ao mesmo tempo será necessário decidir quem deverá ser mais atingido pelas medidas alternativas de política econômica administrativa. E nesse momento é claro que os trabalhadores, cujos salários foram tão prejudicados desde 1964, não poderão ceder nada. O problema deverá ser decidido entre os capitalistas para que o prejuízo não acabe sendo geral.(O São Paulo, 06 a 12/02)